



A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM AS QUESTÕES DE GÊNERO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Nátalia de Paula Passos*
Camila Ribeiro de Matos Pereira**
Denise da Silva Braga***

RESUMO:

Esse relato discute a importância dos estudos de gênero no currículo dos anos iniciais do ensino fundamental, a partir da experiência no Programa de Residência Pedagógica (PRP). Tem como objetivo dialogar com a bibliografia, buscando elucidar elementos para a reflexão que possam fortalecer a identidade desde a infância em ser, ter e se perceber como indivíduos pensantes e transformadores dos padrões de gênero naturalizados socialmente. As observações e interações oportunizadas pelo PRP, durante a licenciatura em Pedagogia, enfatizam a relevância do trabalho pedagógico com as questões de gênero desde o ensino fundamental. Ao abordar os gêneros no currículo da escola, são produzidos espaços importantes para trabalhar o enfrentamento ao machismo, à homofobia e ao sexismo.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de Gênero. Ensino Fundamental I. Residência Pedagógica.

*nataliapassos73@hotmail.com

** camilapreceptoracaldeirabrant@gmail.com

***denise.braga@ufvjm.edu.br

Introdução

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, elasepara e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos (LOURO, 1997, p. 58).

As constantes situações de violência, assim como a manutenção dos estereótipos no que se refere aos gêneros, torna necessário que o currículo escolar produza oportunidades que permitam ampliar as perspectivas naturalizadas dos padrões de gênero, acolhendo as diferentes manifestações do sujeito na expressão dos seus corpos geneficados.

Um longo aprendizado, pautado nas restrições que são impostas socialmente aos corpos e às expressões das identidades de gêneros explica a lógica que rege as relações marcadas pelo sexismo. Neste sentido, são inibidos os comportamentos de meninos e de meninas, que ficam restritos ao que é considerado como masculino e feminino, sob pena de julgamentos e sanções, ocasionados pela ideia de que há certo ou errado em relação aos gêneros. Dessa forma, o comportamento até então natural da criança se modifica desde a infância para um comportamento aprendido, o que acontece através da sua interação e das respostas obtidas a partir de suas ações (LOURO, 1997).

O modelo tradicional de educação conserva a perspectiva estereotipada dos gêneros, embora, na atualidade, muito já se tenha avançado na construção de diretrizes curriculares que apontem para uma educação mais inclusiva, que atente para a diversidade e para as múltiplas identidades dos sujeitos que compartilham o espaço escolar. Ainda assim,

A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver (CANDAU, 2011, p. 241).

No cotidiano da escola, as situações emergem e possibilitam problematizar questões importantes que se relacionam às identidades, sobretudo, quando visibilizam que nem todas elas são socialmente reconhecidas e respeitadas. Nesse sentido, o programa de residência pedagogia (PRP) se revelou como uma experiência relevante na compreensão sobre o campo de atuação do pedagogo e sobre os desafios que se apresentam a sua prática. Com isso, pude perceber que a formação (inicial e continuada) do professor também é muito importante para ele ampliar as suas percepções da realidade e criar novas abordagens, mais dinâmicas e integrativas, evitando reproduzir concepções de conhecimento e ações excludentes.

A residência pedagógica aqui relata se desenvolveu em uma escola da rede pública estadual da cidade de Diamantina, Minas Gerais, em uma turma do primeiro e outra do segundo ano do ensino fundamental.

A importância do trabalho pedagógico com as questões de gênero

Desde antes da criança nascer ela está em um contexto social simbólico, inserida em um ambiente histórico, é membro de um grupo cultural, está se familiarizando com os padrões impostos pela sociedade. Ou seja, a criança está começando a criar sentido para suas ações, movimentos e atos e, ao mesmo tempo, aprendendo lidar com as classificações de certo e errado. Normalmente os conflitos tendem a ser menores nos primeiros anos, em que a criança passa a maior parte do tempo com a família, pois todos partilham mais aspectos comuns. É na escola, a partir do contato com outros grupos, culturas, tradições, havendo uma oposição de ideias, que as crianças formulam dúvidas essenciais para o desenvolvimento do senso crítico e da identidade.

No ambiente escolar, a criança entra em contato com a diversidade, pois

A dimensão cultural é intrínseca aos processos pedagógicos, “está no chão da escola” e potencia processos de aprendizagem mais significativos e produtivos, na medida em que reconhece e valoriza a cada um dos sujeitos neles implicados, combate todas as formas de silenciamento, invisibilização e/ou inferiorização de determinados sujeitos socioculturais, favorecendo a construção de identidades culturais abertas e de sujeitos de direito, assim como a valorização do outro, do diferente, e o diálogo intercultural.(CANDAUI, 2011, p. 253)

No contexto em que a experiência na residência pedagógica ocorreu, a preceptora desenvolve junto com os alunos atividades que dialogam com a realidade onde a instituição de ensino está inserida. Essas atividades são planejadas visando a construção das identidades das crianças e a eliminação dos preconceitos, em um espaço de liberdade e criatividade. Observa-se, assim, que a criança se percebe como sujeito a partir do momento que se relaciona com o outro e interpreta as relações vivenciadas. Nessa perspectiva, o ensino precisa se relacionar com as peculiaridades de cada sujeito em busca de um conhecimento satisfatório, igualitário e incluyente que não negligencie as experiências a que os alunos são expostos no decorrer das suas vidas, dentro e fora da escola, tendo em vista que

os alunos que chegam à escola são sujeitos sócio-culturais, com um saber, uma cultura, e também com um projeto, mais amplo ou mais restrito, mais ou menos consciente, mas sempre existente, fruto das experiências vivenciadas dentro do campo de possibilidades de cada um. A escola é parte do projeto dos alunos (DAYRELL, 1996, p.9).

Considero significativo o estudo de gênero nas escolas desde o ensino fundamental para que os alunos possam compreender os processos em que se envolvem na construção das suas identidades, da sua subjetividade, tornando possível a criação de novas formas de compreender e interpretar a realidade. Reconhecer que as identidades de gênero são construções sociais e não um mero dado biológico é um avanço importante no sentido de romper com a reprodução de papéis sociais que determinam modos de agir a partir do sexo biológico. Projeta-se, assim, que, ao trabalhar gênero, enfatizando-o como um construto social, serão criadas melhores condições de enfrentamento às discriminações geradas por uma concepção binária e sexista, como a desigualdade entre mulheres e homens, o preconceito e o desrespeito

com aqueles que não podem ser enquadrados nos estereótipos de gêneros ainda presentes na sociedade.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 21)

Dessa forma, para compreendermos como se dá a construção da das identidades de gênero e, a partir disso, oferecer oportunidades de questionamento e de autoinvenção do sujeito, precisamos nos atentar para o fato de que as questões de gênero são uma parte de um amplo processo de identificação. Sendo assim, a forma como essas questões são abordadas pelos currículos e inseridas no universo escolar precisa ser analisada, discutida e reconstruída mediante um intenso debate sobre qual é o papel da escola neste espaço social.

Ensino Fundamental anos iniciais e a relevância do lúdico na construção das identidades

O ensino fundamental I se inicia logo após a educação infantil e é composto por 5 anos, sendo do 1º ano ao 5º ano. A característica do ensino fundamental I é que os alunos têm apenas um educador e nesse período deve promover o processo de alfabetização dos alunos, conforme está descrito na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 22 de dezembro de 2017:

Art. 12. Para atender o disposto no inciso I do artigo 32 da LDB, no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, de modo que se garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes, e o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das quatro operações matemáticas (BRASIL, 2017).

Por meio das reflexões entende-se que é no ensino fundamental que as crianças começam a conhecer e interpretar o mundo, tanto natural como social e tecnológico e, ainda, estimular as suas perspectivas quanto às mudanças que podem contribuir. Da mesma forma, a BNCC afirma a valorização das atividades lúdicas na formação, apontando a necessidade de articulação com as experiências adquiridas na educação infantil. Nesse sentido, a escola

[...] precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.) (BRASIL, 2018, p. 39).

Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização das experiências infantis, quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Cabe ressaltar algumas observações significativas, feitas a partir das aulas da preceptora. No seu trabalho pedagógico o lúdico se constitui como a abordagem predominante, fazendo com que as crianças sejam as protagonistas: elas pesquisam histórias, charadas, músicas e brincadeiras para contar para os colegas. Dessa forma, as crianças participam ativamente da aula, demonstrando as suas dúvidas e aprendizagens. Corroborando Vygostsky (1998), é através do brincar que a criança se reconhece no mundo em que vive, se coloca em diferentes papéis impostos socialmente, enfrentando desafios diários que geram possibilidades de compreender os problemas que lhes são propostos pela realidade com a qual interagem.

O lúdico é importante para desenvolver uma aprendizagem significativa. Ao trazer a perspectiva lúdica para a sala de aula, o professor à criança desenvolver a criatividade, os conhecimentos, a cooperação, a interatividade. Os jogos e brincadeiras, mediados pela professora, desenvolvem a coordenação, a atenção, a imitação, imaginação, memória e introduz regras, tornando o ato de aprender mais divertido e prazeroso.

Reflexões e considerações finais

O Programa Residência Pedagógica possibilitou aos discentes envolvidos uma rica experiência de imersão na prática cotidiana da escola, perpassando por teoria e prática. A partir do contato direto com o campo da prática, os residentes puderam se apropriar de vários aspectos da realidade da profissão almejada. Além disso, a observação e a prática orientada no PRP possibilitam ressignificar o que aprendemos no curso de Pedagogia. Acredito que todos os envolvidos no processo, ao longo

desses três módulos, adquiriram conhecimento por meio das vivências, trocas e desafios superados.

As práticas realizadas no Residência Pedagógica propiciaram aos residentes oportunidade de desenvolver atividades lúdicas e confeccionar materiais pedagógicos, o que antecipa reflexões, avaliações e questionamentos que, talvez, surgissem apenas na inserção profissional, após a conclusão da licenciatura. As práticas realizadas evidenciaram que a brincadeira cria uma zona proximal de interação com a criança que, de acordo com Oliveira (1995) é um domínio psicológico em constante transformação. As ações que hoje a criança desempenha com a ajuda de alguém, amanhã, poderá fazer sozinha.

Com isso, reforço a relevância do PRP por possibilitar que o licenciando relacione, no contexto da ação, a teoria e prática a partir da interação entre universidade e comunidade escolar. Os benefícios dessa interação repercutem em vários aspectos da formação e da prática, como: reflexões sobre o currículo da formação acadêmica, formação continuada para os professores em exercício, planejamento da futura inserção na carreira docente.

A educação, por ser uma prática política de formação para a vida, implica um compromisso em assegurar a liberdade de expressão buscando compreender questões relacionadas ao sujeito. Nesta perspectiva, a abordagem das questões de gênero possibilitam romper com os binarismos e a desigualdade, buscando uma forma mais ativa e crítica dos educadores e das crianças se portarem na escola e fora dela. A educação em relação aos gêneros busca refletir sobre as padronizações sociais impostas às mulheres e homens, pois ser homem e ser mulher é construído coletivamente pela cultura. Não é no momento do nascimento que se constrói um sujeito feminino ou masculino, a construção do gênero se dá durante a vida.

As questões de gênero estão presentes no currículo, provocando conflitos, pois estão atreladas às lutas de classes, raças, sexo e religião. A escola é um dos lugares de maior importância para transformar o modelo de “ser” adotado pela sociedade. Desde a educação infantil é preciso questionar as práticas que esperam comportamentos diferentes em virtude das identidades pessoais para que a sociedade saia dos moldes do patriarcado, machismo, racismo, homofobia, discriminação

historicamente produzidos, caminhando para uma forma crítica capaz de transformar o padrão excludente, imposto socialmente. Considerando a faixa etária das crianças, no ensino fundamental, as questões relacionadas ao gênero podem ser trabalhadas durante o brincar, para que a criança experimente, indo além do comportamento habitual e das limitações que são impostas pelos adultos e pelos julgamentos naturalizados na vida social.

Ao ingressar na escola meninos e meninas já sabem seu papel social e o demonstram através das brincadeiras. A menina tem liberdade de brincar de casinha, boneca, pular corda, já os meninos brincam de carrinho, vídeo game, lutas. Ou seja, as crianças sentem mais confortáveis com os estereótipos destinados pelos papéis sociais e acabam por reproduzi-los. É de suma importância o professor perceber o potencial político que está presente no ato de educar, problematizando o currículo tradicional e buscando construir uma escola não sexista. A forma de pensar, sentir, falar, fantasiar, sofre influências da nossa atuação porque somos fabricados a partir do modelo que a sociedade nos oferece, mas, também, imprimimos nela as nossas marcas. Cabe à instituição de ensino enfrentar as desigualdades, entre elas, as geradas pelo gênero, estimulando a construção de um currículo que possa acolher e respeitar a todos sem normalizar maneiras de viver (LOURO, 1997).

É direito da criança brincar, ter experiência direta com a vida, com os objetos, o próprio corpo, com outras pessoas e outras crianças. A partir do imaginário ela pode ser quem quiser, fantasiar o real e o abstrato, aceitar ou rejeitar experiências. Brincando se tornam heróis, monstros, bonecos, adultos, homens, mulheres, internalizando o que aprendem, elas constroem o seu mundo e sua identidade. É por meio do ato de brincar que se trabalha as desconstruções necessárias, inclusive, produzindo conhecimentos e estratégias para combater o preconceito e a discriminação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2*, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22017.pdf?query=curriculo. Acesso em: 10 jun. 2022.

CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: _____ (org) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. 2ª. reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade. e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. 4 ed. Vozes: Petrópolis, 1997.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. Martins Fontes, São Paulo, 1998.